


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001132-65.2017.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Compensação**
 Embargante: **NATHALIA CRISTINE DE MORAIS CHIARI ME e outros**
 Embargado: **RITA DE CÁSSIA FERREIRA BACCARIN e outros**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução opostos por **NATHALIA CRISTINE DE MORAIS CHIARI ME e outros** contra **RITA DE CÁSSIA FERREIRA BACCARIN e outros** alegando, em suma, que reconhece o débito, porém pleiteia, em reconvenção, a sua compensação com os valores gastos com a reforma estrutural no imóvel e o valor do forno elétrico deixado no local, ou sua devolução.

Em sua impugnação (fls. 32/40), o embargado não aceitou a compensação e requereu a improcedência.

Instadas a especificar, de forma justificada, a necessidade de produção de provas, o embargante requereu designação de audiência de instrução (fl. 76/77).

É o relatório.
Fundamento e decido.

Tratando-se de questão unicamente de direito e presentes, nos autos, todos os elementos de prova suficientes ao convencimento do julgador, desnecessária a dilação probatória e cabível o julgamento antecipado do feito na forma do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.

Vale lembrar que o Juiz é o destinatário da prova, competindo somente a ele aferir sobre a necessidade ou não de sua realização. É o princípio do livre convencimento do julgador que está definido no art. 370 do Código de Processo Civil. Nesse sentido:

“CERCEAMENTO DE DEFESA - Não ocorrência - O juiz é o destinatário das provas, cabendo-lhe decidir acerca da necessidade ou não de sua produção (art. 130 do CPC) - Prova dos autos que autorizavam o julgamento antecipado - Preliminar rejeitada. (...) - Ação julgada improcedente - Recurso não provido” (6ª Câmara de Direito Privado do TJSP Apelação nº 0041209 46.2010.8.26.0309; Relator Des. Dr. Reinaldo Miluzzi; DJ: 16/12/2013).

A preliminar de inépcia arguida pelo embargado não merece acolhida.

Com efeito, a petição inicial apresentou relato inteligível, rendendo ensejo a substancial defesa do requerido e não padece de vício de natureza formal.

Não há que se falar em preclusão para oposição dos presentes embargos, na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

medida em que o embargante compareceu espontaneamente, nos autos da execução, em 19/10/2017, quando iniciou o prazo de 15 dias para apresentação de defesa.

Os presentes embargos foram distribuídos em 23/10/2017, portanto, dentro do prazo legal.

Verifico que os embargos à execução atestam a relação estabelecida entre as partes, a existência da dívida e ausência de pagamento. Assim, o requerido não nega, propriamente, o débito, mas afirma que possui crédito com os embargados e busca a sua compensação.

Após proceder a uma análise das razões trazidas aos autos pelas partes, à luz do ordenamento jurídico vigente, constata-se que não assiste razão ao embargante em sua pretensão.

Diante da recusa dos embargados, não há como impor a compensação requerida.

Ademais, a via dos embargos à execução não é compatível com o oferecimento de reconvenção, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça:

O processo de execução tem como finalidade a satisfação do crédito constituído, razão pela qual revela-se inviável a reconvenção, na medida em que, se admitida, ocasionaria o surgimento de uma relação instrumental cognitiva simultânea, o que inviabilizaria o prosseguimento da ação executiva. Assim sendo, a reconvenção somente tem finalidade de ser utilizada em processos de conhecimento, haja vista que a mesma demanda dilação probatória, exigindo sentença de mérito, o que vai de encontro com a fase de execução, na qual o título executivo já se encontra definido. 2ª Turma. REsp 1.528.049-RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 18/8/2015 (Info 567)

Dessa forma, as justificativas apresentadas em nada socorrem o embargante, que deverá se utilizar das vias processuais cabíveis à espécie.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos opostos, prosseguindo-se nos autos da execução, nos termos do art. 487, I, do CPC. Por consequência, condeno o embargante ao pagamento das custas processuais, despesas judiciais e honorários advocatícios da parte contrária, os quais arbitro em 10% sobre o valor do débito atualizado. Tais verbas estarão sujeitas aos ditames do art. 98, §3º, do CPC, porque o embargante é beneficiário da gratuidade judiciária.

P.I. Oportunamente arquivem-se.

Ibaté, 10 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**